

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2012, fevereiro, 22*

----- Aos 22 dias do mês de fevereiro do ano de 2012, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos: -

1. – Período de Antes da Ordem do Dia;-----
- 2.– Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea e), nº 1, do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro;-----
- 3.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o pedido de Reconhecimento de Interesse Público em nome de Adelino de Jesus Frade; -----
- 4.- Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 1ª Revisão ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos; -----
- 5.- Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Regulamento de Utilização, Gestão e Taxas do Centro de Alto Rendimento; -----
- 6.- Recondução/Eleição de 4 cidadãos eleitores como representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Montemor-o-Velho; -----
- 7.- Reforma Administrativa. -----

----- Procedeu-se à verificação da existência de quórum, registando-se as seguintes presenças - **Mesa:** Lídio dos Santos Cristo, Vítor Manuel Monteiro Travassos e Maria João Batista Sobreiro. -----

**Membros:** Ana Cristina da Silva Jorge, Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis, Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, Hernâni Óscar Pires Costa Rama, Fernando Manuel Dias Monteiro, Rui Manuel da Costa Rodrigues, José Manuel Cardoso Bucu, Ricardo Manuel Pato Sousa Brites, Edmea Tereza Reis Silva, Margarida Maria Querido Monteiro Carvalho, Altino Ferreira Lopes, José Carlos Malheiro Leite, Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, David António Coutinho da Costa e Sousa, António Manuel da Silva Pagaimo e Manuel Eduardo Magalhães Portelinha.-----

**Presidentes de Junta:** Abrunheira, Arazede, Carapinheira, Ereira, Gatões, Liceia, Meãs, Montemor-o-Velho, Pereira, Santo Varão, Seixo, Tentúgal, Verride e Vila Nova da Barca.-----

**Executivo:** Luís Manuel Barbosa Marques Leal; Pedro Manuel Monteiro Machado, Isabel de Jesus Maurício Quinteiro, Abel da Silva Oliveira Girão, Alexandra Margarida Góis Ferreira, Emílio Augusto Ferreira Torrão e Paula Elisabete Pires Costa Rama.-----

----- Ausências justificadas – Nuno Gonçalves. -----

----- **Ponto 1 - Período de Antes da Ordem do Dia** – O PMAM, Lídio Cristo, deu início à reunião, quando eram 16 horas e 30 minutos, saudou os presentes, formulou votos de que a reunião fosse frutuosa de modo a defender os interesses do concelho e deu conhecimento de que o MAM José Carlos Malheiro Leite iria substituir o MAM Marco Góis, como líder do grupo do PS. -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### ***Sessão Ordinária de 2012, fevereiro, 22***

-----Seguidamente, o SMAM, Vitor Travassos, informou da diversa correspondência expedida e recebida, para além da que constava no documento, previamente, enviado, tendo salientado: pedido de justificação de falta de Nuno Miguel Gaspar Marques Gonçalves; convite da Associação dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho para a comemoração dos 80 anos daquela associação; ofício da CM a remeter a ata de 30 de janeiro; convite para Audição Pública sobre a proposta de Lei que visa a extinção das freguesias; exposição do Agrupamento de Escolas Dr. José Santos Bessa da Carapinheira sobre a criação de eventuais mega-agrupamentos e ofício da CM a remeter os processos para agendamento. -----

-----Foi, então, posta à discussão e votação a ata número 6, de 28 de dezembro de 2011 que foi aprovada por maioria, com o seguinte resultado: **Votos contra - 0; Abstenções - 01; Votos a favor – 30.**-----

-----Posteriormente, foram dados 5 minutos para que fossem entregues à MAM as Moções, Requerimentos ou outros, que os Membros da AM entendessem por convenientes, tendo sido aceites: ----

-----**Intervenção** subscrita pelo PJF de Tentúgal, Décio Matias (CMS), "**Reunião na ARSCentro – Dr. José Tereso**", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 01, e que foi aprovada por unanimidade.-----

-----**Moção** subscrita pelo SMAM, Vitor Travassos (CMS), "**Congratulações Diversas**", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 02, e que foi aprovada por unanimidade. -----

-----**Moção** subscrita pelo PJF de Tentúgal, Décio Matias (CMS), "**Elogio ao Pastel de Tentúgal e ao Arroz do Baixo Mondego**", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 03, e que foi aprovada por unanimidade.-----

-----O PJF de Gatões, António Sérvolo (CMS) pediu a palavra e disse: “A intervenção que farei prende-se com a última reunião do Conselho Municipal de Segurança, congratulando-me com os excelentes resultados apresentados, pelo Capitão do Destacamento da GNR, Pedro Teixeira e relativamente à criminalidade e sinistralidade. Penso que é importante reconhecer que os resultados obtidos se devem ao facto do município de Montemor-o-Velho ter sediado, no seu território, o destacamento. Demonstra-se, também, que pelos dados avançados, que se atingiram níveis de segurança acima dos concelhos vizinhos, o que significa a preservação de bens e a salvaguarda de pessoas, mas como se costuma dizer que a seguir à tempestade vem a bonança, aqui pode acontecer o contrário. -----

-----Os momentos atuais de crise, podem vir a ser indiciadores de aumento de criminalidade e sinistralidade, pelo que considero que é de extrema importância que se continue a reclamar a manutenção e o reforço desta força de segurança, por forma a garantir que este tipo de resultados, nos deixem sossegados e que sejam demonstrativos de um concelho que sabe o que quer e que tem batalhado para ter essas forças de segurança”.-----

***Sessão Ordinária de 2012, fevereiro, 22***

----- O Membro Rui Rodrigues (PS) referiu-se, uma vez mais, ao mau estado em que se encontram as estradas da freguesia de Pereira e à necessidade urgente da sua manutenção, tendo, também, solicitado ao PJF de Santo Varão para que se tomem as medidas convenientes, de modo a que seja removida a lixeira existente ao cimo da estrada do Lagar, averiguando-se a situação, pois estão a fazer daquele local uma autêntica lixeira, com todo o tipo de detritos e terminou apelando para o alcatroamento da mesma estrada porque dá acesso a algumas habitações. -----

----- O PJF de Santo Varão, Paulo Redondo (CMS) respondeu dizendo que tomaria a devida nota para saber o que é que se passa, lembrando que a estrada do Lagar divide as duas freguesias (Santo Varão e Pereira) e irá verificar se o local referido se encontra na sua freguesia e, relativamente ao alcatroamento do referido disse que o mesmo está feito até à primeira habitação. -----

----- O Membro Ana Cristina Jorge (CMS) pediu a palavra e disse: “A minha intervenção será como que um esclarecimento a esta AM, relativamente à agregação dos Agrupamentos escolares e que está consignada na proposta de alteração ao Decreto-Lei 75/2008, de 22 de abril. Este DL está, neste momento, em discussão, mas como é habitual, o que está em discussão, na grande maioria dos casos, passa diretamente para lei e tirando um ou outro ponto que possa ser alterado, no artigo 6.º, prevê-se que “até ao final do ano escolar 2012/2013, sempre que numa escola não agrupada se verifique a cessação de mandato de Diretor, o serviço territorialmente competente do Ministério da Educação nomeia uma comissão administrativa provisória, que assegurará transitariamente as funções de gestão e administração da escola até que seja proferida a decisão sobre a sua agregação.” No ponto dois: “No âmbito da reorganização e consolidação da rede escolar do ensino público, o Ministério da Educação e Ciência concluirá até final do ano escolar de 2012/2013, o processo de agregação de escolas e consequente constituição de Agrupamentos. Ponto três: “Os mandatos dos Diretores das Escolas ou dos Agrupamentos de Escolas que vierem a ser integrados em novos Agrupamentos ou sujeitos a novos processos de agregação, cessam com a tomada de posse da Comissão Administrativa Provisória, designada nos termos e para os efeitos previstos no artigo anterior”. -----

----- Já todos entendemos que, provavelmente, neste concelho, irão existir alterações aos Agrupamentos existentes – Arazede, Carapinheira e Montemor-o-Velho - e os mandatos dos três diretores destes Agrupamentos terminarão no próximo ano letivo, o que não quer dizer que até lá, não se caminhe para esta agregação. -----

----- Caminharemos então para unidades de gestão que englobarão ou não, todos os alunos do concelho e de facto, é mais uma medida feita em nome da poupança e naturalmente dos recursos humanos, em detrimento da proximidade, que deixa de existir, do órgão de gestão às pessoas. -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2012, fevereiro, 22***

-----O que mais me preocupa e digo-o aqui, é o facto do acompanhamento existente deixar de ser feito aos alunos. Há um afastamento efetivo do órgão de gestão dos alunos de cada escola, porque é impossível fazer um acompanhamento mais próximo, é humanamente impossível para quem estiver a gerir o novo agrupamento.-----

-----A escola é, de facto, uma das organizações mais complexas que todos reconhecem que existem, porque concentram um grande número de crianças, filhos de muitas famílias, em que cada um tem a sua forma de pensar e de agir e, portanto considero que esta é uma tarefa muito difícil, caso se caminhe para este ponto.-----

-----Pergunto, então, onde está o respeito pela ruralidade? Terão os casais mais novos, que decidiram residir em meio rural, de ser penalizados, porque a pouco e pouco, todas as organizações estão a ser suprimidas, em nome de uma poupança? Será assim tão significativo? -----

-----Poderia ainda refletir o seguinte: há uma efetiva poupança, no que diz respeito aos professores, porque os professores poderão cumprir horário em Arazede, poderão completá-lo na Carapinheira ou em Montemor. Há muitos professores, em muitos Agrupamentos, que neste momento têm horários incompletos e que os poderão assim rentabilizar, completando noutro agrupamento o seu horário.-----

-----Tudo isto tornará o agrupamento muito mais impessoal, porque as próprias reuniões de departamento, que se realizam mensalmente, poderão passar a ter cinquenta ou sessenta professores e, assim, pouco ou nada se discutirá em duas horas, numa reunião com um número tão alargado de participantes. Julgo que ficará muito por fazer e aquém do efetivo acompanhamento que é necessário e que tem que se dar, se queremos qualidade de ensino.-----

-----Espero que, antes que o Governo avance para esta situação, que a autarquia, naturalmente, seja ouvida e que haja o respeito pelas comunidades, pelos pais e pelos órgãos das escolas e esta é a posição, muito clara, do Grupo da CMS relativamente às agregações. Já, anteriormente, expressámos a discordância relativamente às agregações e à concentração destes Agrupamentos” e de tudo aquilo que vai tornar mais difícil a questão da educação e do acompanhamento. Continuaremos a discordar destas agregações, pelas razões já antes enunciadas, mas compreendemos que a lei é muito clara e nesta matéria defenderemos sempre e unicamente a agregação dentro da área territorial do concelho de Montemor-o-Velho, pelas mais variadíssimas razões, como devem perceber, compreender e sentir. -----

-----Mas a que considero mais forte é a identidade do nosso concelho, ou seja, a defesa intransigente de que as nossas instituições não se deverão agregar com outras, de concelhos limítrofes, porque temos a honra de ser munícipes de um concelho que tem crescido, que se tem expandido nos últimos anos e do

## ***Sessão Ordinária de 2012, fevereiro, 22***

qual todos nos orgulhamos muito. Não queremos ver o nosso concelho desmoronar numa área que é muito cara a este executivo e no qual muito tem investido.” -----

----- **2. – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea e), nº 1, do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro –** não havendo qualquer pedido de intervenção, passou-se, de imediato, ao ponto seguinte. -----

----- **3.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o pedido de Reconhecimento de Interesse Público em nome de Adelino de Jesus Frade** - O Membro José Carlos Leite (PS) pediu a palavra e disse: “Relativamente a este assunto, o Grupo do PS nada tem a opor, uma vez que se trata de uma atividade com interesse para o concelho, geradora de emprego e de riqueza e não existe alternativa para a exploração de inertes.”-----

----- Por aquilo que podemos ver nos vários documentos disponibilizados já há algum cuidado em exigir que, no final, o solo e as condições existentes no terreno sejam repostas, que haja replantação e, por isso, pedimos que esta situação seja fiscalizada com rigor, para que tenhamos, no final, um impacto positivo para o concelho, em relação a esta atividade.”-----

----- O Membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Relativamente a este ponto, a posição do Grupo da CMS é a de viabilizar o pedido de reconhecimento de interesse público, condição essencial para aprovação do licenciamento por parte das entidades que tutelam este tipo de exploração. -----

----- De qualquer forma, gostaríamos que houvesse um acompanhamento do cumprimento de todas as mediadas de mitigação e compensatórias, que estão estipuladas no estudo de incidências ambientais, para que no fundo, esta atividade se traduza, não só, numa mais valia, em termos económicos e em termos de criação de emprego para o concelho, mas também que no final desta atividade possa haver uma requalificação/reposição daquilo que são as condições ambientais características do lugar.”-----

----- O PJF de Liceia, Manuel Duque (PS) pediu a palavra e disse: “Relativamente ao pedido deste município para a extração de areia, considero que, tratando-se de um bem escasso, que outrora se ia buscar ao mar e que hoje já é o mar que necessita dele, para não falar nas populações e construção civil, penso que ter-se o recurso e não o utilizar, sobretudo numa altura de crise, não seria a melhor opção a tomar, sobretudo quando há necessidade de criar postos de trabalho, de incentivar o comércio e a indústria.”-----

----- Atendendo a estas vantagens, julgo que é pertinente aprovar este assunto, tendo em consideração a recuperação dos terrenos que irão ser intervencionados o que poderá ser um incentivo para considerar algumas extrações que foram feitas e que continuam, ao abandono.” -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2012, fevereiro, 22***

-----O Membro Ricardo Brites (CDU) pediu a palavra e disse: “Apenas referir que não temos nada a opor que se inicie, que se faça, que se explore, que se dê trabalho, que se crie riqueza, mas que também não deixemos de nos preocupar em acompanhar esta exploração, para que seja cumprido aquilo que vem estipulado na cessação deste tipo de exploração e requalificação do espaço e a nossa preocupação vai essencialmente para esse cumprimento.”-----

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 31 Membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por unanimidade; -----

**-----4.- Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 1ª Revisão ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos** - o Membro Ricardo Brites (CDU) pediu a palavra e disse: “Relativamente a este ponto, obviamente que analisámos o conteúdo da revisão e, de acordo com a postura que tivemos e o sentido de voto em relação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012, entendemos que é uma questão que o executivo considerou, dentro do que é normal, neste tipo de questões, pelo que nada temos a opor e iremos abster-nos.” -----

-----O Membro Margarida Carvalho (PS) disse que: “Considerando que se trata de um mero acerto operacional e que em coerência com a posição anteriormente assumida, o Grupo do PS iria abster-se.”-----

-----O Membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Relativamente a este ponto e conforme se pode constatar, até pela informação que foi feita pelos serviços técnicos, trata-se de um lapso, que não foi incluído em termos de Plano e Orçamento. Refere-se a um concurso realizado no ano anterior, para fornecimento de equipamentos fundamentais para o funcionamento do Centro de Alto Rendimento (CAR) e, logicamente, o Grupo da CMS irá votar favoravelmente esta proposta de alteração.” -----

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 32 Membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria, com 21 votos a favor (CMS) e 11 abstenções (PS e CDU);-----

**-----5.- Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Regulamento de Utilização, Gestão e Taxas do Centro de Alto Rendimento** - o Membro David Coutinho (PS) pediu a palavra e disse: “O Grupo do PS tem alguma preocupação relativamente a este ponto porque na reunião do executivo de 13 de fevereiro foi referido que, a partir do dia 1 de março de 2012, a utilização do CAR não pode continuar a ser livre e gratuita e hoje é proposta a esta AM a votação das taxas, sem que tenhamos tido acesso ao estudo feito pela Deloitte. Consideramos que seria de bom-tom que antes da votação das taxas nos fosse dado o estudo desta empresa, porque no fundo votar este assunto assim é votar um pouco em branco. -----

-----Existe uma questão relativamente ao regulamento em si pois parece-me que nos artigos 26.º e 27.º existe uma duplicidade na integração das lacunas. O artigo 26.º tem como cabeçalho “Dúvidas e

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2012, fevereiro, 22*

Omissões” e diz “Os casos omissos e as dúvidas que resultam da aplicação deste regulamento serão resolvidos pelo Presidente da Câmara, ou por quem tenha a competência delegada” e o artigo 27.º fala no “Direito Subsidiário”, que acaba por ser também uma integração de lacunas. Penso que destes dois artigos, devia ficar apenas um, em que obviamente as lacunas existentes deveriam ser resolvidas, na nossa perspetiva, pelo executivo municipal, embora o PCM seja um órgão. Entendemos que deveria ser o executivo, dentro do espírito do próprio regulamento e, aí sim, nos casos especialmente previstos “...no presente regulamento, aplicar-se-á a legislação reguladora das matérias em questão...” porque existe matéria reguladora, nomeadamente a Lei da Contratação Pública, o Código do Procedimento Administrativo e os Princípios Gerais de Direito.-----

----- O PS, tendo em conta que é fundamental que a partir de 1 de março, as taxas estejam aprovadas, irá abster-se, deixando um alerta a esta AM, para que no futuro, para que sempre que existam questões semelhantes a esta, nos seja fornecido previamente o estudo, que a CM e, bem, encomendou porque, realmente, vamos votar no escuro e não sabemos se estes valores são em conformidade ou não.”-----

----- O Membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Relativamente ao Regulamento de Utilização, Gestão e Taxas do Centro de Alto Rendimento, é nosso entendimento de que este património e esta infraestrutura que tanto custou a erguer ao erário público concelhio, terá que ter um regulamento de utilização, gestão e de cobrança de taxas pelos serviços prestados e pela sua utilização, pelo que votaremos favoravelmente. -----

----- No fundo e tal como é referido no preâmbulo, este Regulamento é, um instrumento provisório, uma vez que, como é já do conhecimento desta AM, pelas informações prestadas na sua última sessão, de que a própria Secretaria de Estado do Desporto e o Instituto de Desporto de Portugal se encontram a desenvolver o que será o modelo de gestão, para aplicação aos diferentes Centros de Alto Rendimento que o País dispõe. Muito provavelmente, no final deste ano, terá que haver alterações significativas, em termos da utilização e gestão do CAR. -----

----- Relativamente à questão das taxas, as mesmas têm em conta os preços praticados, em infraestruturas semelhantes no sul de Espanha e que a lógica será, uma vez que estamos na antecâmara dos Jogos Olímpicos de Londres, conseguir ser atrativo, nomeadamente para seleções estrangeiras, para que aqui possam fazer estágios e assim, atrair capitais estrangeiros. -----

----- De referir que o regulamento tem em conta a possível utilização de clubes e associações locais que, com as condições que hoje dispomos, algumas coletividades já se encontram a lançar a prática destas atividades, havendo algumas já consolidadas, nomeadamente, na questão da canoagem. Temos por isso essa salvaguarda, com a beneficiação positiva, em termos das associações do nosso concelho”-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2012, fevereiro, 22***

-----O Membro Ricardo Brites (CDU) pediu a palavra e disse: “Relativamente a esta proposta, obviamente que gostaríamos de ter acesso ao estudo que originou estas taxas. Temos uma ideia dos custos e do investimento que foi feito, mas não temos conhecimento do estudo, ou se por ventura não teria que ser feito mais do que um, em termos comparativos, para conseguirmos saber se estas taxas se enquadram no que desejamos para uma correta gestão da infraestrutura e do espaço, sempre pensando na utilização por parte dos clubes concelhios, nacionais e internacionais, que esses sim, terão taxas mais elevadas, comparativamente a outros centros. Mas como desconheço e por entender que talvez devêssemos ser informados, relativamente a esse estudo, a CDU irá abster-se. -----

-----Pretendo, ainda, colocar duas questões, para complementar a minha análise do documento: se fica mais caro alugar o serviço do catamaran para os clubes do concelho do que para os clubes nacionais e pretendo saber se o município, que tenha um barco de remo ou canoagem e queira praticar a atividade na pista e nas infraestruturas e ter acesso aos outros equipamentos, em que tabela é que se enquadra.” -----

-----O PCM pediu a palavra e disse: “Este é um documento transitório, que será utilizado apenas pelas seleções nacionais e pelos clubes locais, até ao dia 31 de agosto, porque há uma lacuna total, por parte da tutela, na gestão dos equipamentos dos CAR. Nós antecipámo-nos para providenciar, sobretudo a época de preparação de competição não só interna, mas fundamentalmente externa, virada para o mercado dos Jogos Olímpicos de Londres, para que não fosse graciosa a utilização de uma infraestrutura que, para além de toda a sua notoriedade, custou milhares de euros ao município. Na próxima AM de setembro e na antevisão da abertura da nova época desportiva 2012/2013, haverá um documento novo.-----

-----Uma nota, sobretudo para a intervenção do grupo do PS: não há nenhum trabalho feito com base no estudo feito pela Deloitte e que está na posse de todos os membros do executivo. Por outro lado e de acordo com a legislação em vigor, não somos obrigados a trazer o suporte dos valores pecuniários que são apresentados. O que está previsto é a facilitação da utilização, por parte de qualquer membro desta AM ou qualquer cidadão à documentação que lhe serviu de suporte e de acordo com o que a legislação refere, esse suporte tem que estar baseado em experiência que é zero, já que não temos experiência de vendas deste produto. Esta Regulamento terá seis meses para ser testado e de um ponto de vista de norteammento, o trabalho que a Deloitte fez para o CAR, para ser apresentado ao Governo Português, como uma forma de discussão sobre o suporte legislativo e financeiro, que deveria ser transferido para a manutenção daquele equipamento, está em discussão e não tem, neste momento, uma solução. Mais do que isso, recebi na semana passada um documento da tutela, que, não transpõe, ainda, a legislação que está em causa.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2012, fevereiro, 22*

----- Por último, a questão da delegação no PCM, é pelo facto do mesmo, neste caso concreto, ser o vereador do Pelouro do Desporto e que sabe perfeitamente o que quer, para onde vai e como é que vai. Para além disso, está previsto na Lei que esta delegação seja feita nele.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 31 Membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria, com 21 votos a favor (CMS) e 10 abstenções (PS e CDU). -----

----- **6.– Recondução / Eleição de 4 cidadãos eleitores como representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Montemor-o-Velho** - o Membro José Carlos Leite (PS) pediu a palavra e disse: “No fundo, o pedido é para saber se os representantes continuam em funções. Da parte do grupo do PS, mantêm o representante que tinham indicado anteriormente, ou seja, a cidadã Rita Isabel Arrobas Sansão Coelho e estão disponíveis para aprovar a manutenção ou alteração por parte dos outros grupos desta AM, uma vez que confiam na nomeação das pessoas.” -----

----- O Membro Filipe Carraco (CMS) disse que o grupo da CMS propunha o nome das cidadãs Ana Cristina da Silva Jorge e Maria João Batista Sobreiro. -----

----- O Membro Ricardo Brites (CDU) afirmou que a CDU reconhece que a sua representante Ângela Maria Marques Simões Figueira merece toda a confiança para ser renomeada. -----

----- Assim, considerou-se que os nomes indicados - Ana Cristina da Silva Jorge, Maria João Batista Sobreiro, Rita Isabel Arrobas Sansão Coelho e Ângela Maria Marques Simões Figueira – integram uma lista única que colocada à votação, por sufrágio secreto, foi aprovada por unanimidade. -----

----- **7.– Reforma Administrativa** - o Membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Relativamente a este ponto, em primeiro lugar, gostaria de fazer uma retrospectiva e uma explanação de como chegámos aqui. Como sabem, esta Reforma Administrativa da Administração Autárquica (RAAA) resulta do memorando da Troika, que foi assinado pelo PS, PSD e CDS e que prevê, entre outras, a redução do número de municípios e de freguesias, alterações ao financiamento dos municípios e das freguesias e alterações significativas em termos da gestão de recursos humanos e de competências. -----

----- Contudo, com o avançar da reforma propriamente dita e após o documento de base, o “Livro Verde da Reforma do Poder Local”, os eixos fundamentais desta reforma vão localizar-se naquilo que tem sido mais mediático, que é a redução do número de freguesias, através da fusão ou agregação. -----

----- Relativamente à fusão ou agregação de municípios, apesar de esta estar prevista, remete única e exclusivamente para a iniciativa dos próprios municípios e estamos por isso a antever, que ninguém vai ter essa iniciativa. -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2012, fevereiro, 22***

-----Em termos da nova Lei das Finanças Locais existem poucas certezas e um pouco à boleia disso, os dois grandes partidos do poder local (PSD e o PS) encontram-se em conversações, para que se faça o que já no último mandato se tinha tentado fazer, que é uma reforma da Lei Eleitoral Autárquica. -----

-----Assim, acho que faz sentido haver uma reforma do poder local, em termos dos seus órgãos administrativos. Mas nas condições em que está a ser feito, peca por duas coisas: em primeiro lugar, estamos a fazer uma reforma por imposição, com prazos curtos e com necessidade de demonstrar resultados e trabalhos, o que foge um pouco à lógica que devia ser aplicada nestas reformas, de que se devia fazer as coisas com calma, ponderadas e suficientemente participadas. Em segundo lugar, para além das fusões de municípios ou de freguesias, seria muito proveitoso para o País que pudesse haver um redimensionamento dos próprios concelhos, nomeadamente ao nível dos seus limites territoriais, permitindo que houvesse uma homogeneização em termos de áreas, de populações, de centros de atratividade, muito mais condizentes com a realidade do País de hoje e não com o que no fundo espelha a atual divisão que, salvo algumas correções pontuais, resulta da última grande reforma administrativa no País que já se deu no século XIX.-----

-----Nesse sentido, julgo que, mais importante do que dizermos, se 308 municípios é um número exagerado ou o ideal seriam 250, 280, ou 290, seria muito proveitoso pegarmos de norte a sul do País e conseguirmos ter uma homogeneização e uma correção de algumas assimetrias e de algumas aberrações, em termos de limites territoriais, que atualmente se verificam. Por isso mesmo, congratulo-me com a iniciativa que tomada pela Comissão Restrita, criada ao nível do município, de propor aos concelhos limítrofes a correção de algumas dessas incongruências que o município de Montemor-o-Velho tem, em termos dos limites territoriais. -----

-----Contudo, não posso deixar de referir que, muito provavelmente, aquilo que estamos a considerar, se fossemos razoáveis e equilibrados, o concelho de Montemor, em termos das áreas que lhe deveriam estar afetos, dada a sua centralidade, proximidade e as relações que as próprias pessoas têm, teria que ser muito maior, com algumas áreas e freguesias contíguas, nomeadamente à sede do concelho.-----

-----Em relação à questão das freguesias, que no fundo é a mais mediática, o enquadramento inicial proposto, no concelho de Montemor-o-Velho, traduzir-se-ia num espartilho e numa completa aberração do que seria o mapa de freguesias, que caiu por terra, tendo havido uma alteração, uma redefinição de critérios, que no fundo possibilita que haja uma maior razoabilidade, naquilo que está a ser pedido. -----

-----Contudo, e acho que a posição desta AM deve vincar muito isso, é que não faz sentido reduzir, fundir ou agregar freguesias, única e exclusivamente, por questões de número ou de escala. Ou bem que há associado a isso tudo, uma estratégia de coesão, para aquilo que são as funcionalidades e serviços que

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2012, fevereiro, 22*

teremos ao alcance dos nossos cidadãos, nomeadamente, ao nível dos serviços de educação, dos serviços básicos de saúde e que, no fundo, possamos interpretar o território, como um todo, sendo que as freguesias, pelo princípio da subsidiariedade, estão mais próximas dos nossos cidadãos. Considero que não faz sentido, sequer, quereremos seriamente falar nessa fusão ou agregação de freguesias, sem que, paralelamente, tenhamos também essa preocupação de garantir que essas eventuais novas unidades territoriais que venham a ser criadas, sejam munidas de serviços na parte da saúde e da educação, essencialmente.-----

----- Relativamente à aplicabilidade dos critérios, em termos de redução de freguesias no concelho de Montemor-o-Velho, penso que todos percebemos que esta reforma é irreversível, que irá, inevitavelmente andar para a frente e que, nessa regulamentação, haverá espaço, caso seja do entendimento deste órgão haver uma proposta que traduza a vontade das populações do nosso concelho, em termos de assegurar que o novo mapa, após as fusões, seja mais de acordo com as sensibilidades das pessoas e não se cinja meramente à aplicabilidade dos critérios definidos, em Lisboa, pela Comissão Técnica. -----

----- Estamos a abrir esta fase de debate, em que julgo que seria muito proveitoso que todas as pessoas visadas e não visadas, se pronunciassem sobre qual é o seu entendimento e que as forças políticas do assumissem as responsabilidades que terão que assumir e, caso seja esse o entendimento, sair desta AM uma proposta e gerar-se algum consenso, no fundo, que consiga salvaguardar e minimizar aquilo que venham a ser os impactos da aplicação desta legislação.” -----

----- O Membro Ricardo Brites (CDU) pediu a palavra e disse: “A proposta de lei de reorganização administrativa aprovada pelo Conselho de Ministros no passado dia 2 de fevereiro mantém, ao contrário do que se procura fazer crer, o essencial dos objetivos fixados pelo governo: a liquidação de 1/3 das freguesias hoje existentes. Mostrando a ideia de um alegado recuo (através da alteração dos critérios que constavam da versão inscrita no Livro Verde) esta nova proposta aprovada visa, não apenas a reafirmação dos objetivos que o governo prossegue mas, de facto, a consagração de um projeto mais grave e perigoso.

----- Desde o primeiro momento alertámos que a questão decisiva a que se tem de dar combate não reside nos critérios, mas sim nos objetivos que este projeto de lei quer alcançar e a CDU, sempre se recusou e bem, a debater a ideia que nos queriam vender: a bondade ou coerência dos critérios apresentados pelo governo como as distâncias, a população, as tipologias, etc.-----

----- A nossa preocupação foi e será sempre a denúncia dos objetivos da reforma administrativa e as consequências para as populações resultantes da extinção ou agregação de qualquer freguesia no país e no nosso concelho, que o governo quer impor a todo o custo: empobrecimento democrático (traduzido na redução de mais de 20 mil eleitos); ataque ao emprego público (milhares de trabalhadores das freguesias

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2012, fevereiro, 22***

extintas cujo o futuro será o despedimento ou a mobilidade); enfraquecimento da afirmação, defesa e representação dos interesses e aspirações das populações que a presença de órgãos autárquicos assegura; o aprofundamento das assimetrias e perda de coesão (territorial, social e económica); o abandono ainda maior das populações; o acentuar da desertificação e da ausência de resposta aos interesses populares e à satisfação das suas necessidades. -----

-----A proposta do governo, para a concretização dos mesmos objetivos do Livro Verde, substitui agora o conceito de «critérios» pelo de «parâmetros». À luz deste documento Montemor-o-Velho terá que passar de 14 para 9 freguesias; Montemor, como município nível 2, obrigatoriamente tem de ser concretizado com a extinção/agregação de 50% das freguesias urbanas (Carapinheira e Pereira) e a extinção/agregação de 35% para as outras freguesias (ou seja 4 das outras 12). -----

-----Atribui-se a “competência” para decidir em concreto sobre a redução às AM ou, dito com mais rigor, convidam-se os órgãos municipais a serem promotores diretos da liquidação das freguesias em obediência ao que o governo previamente estabeleceu e determinou e isso para a CDU nunca será aceite.--

-----Com esta nova proposta todas as freguesias passam a ser teoricamente elimináveis, como se fez com as escolas do 1º CEB, com os centros de saúde ou com os CTT. -----

-----A “competência” dada aos órgãos municipais – denominada de «pronúncia» no texto do diploma – é meramente teórica, dado que a decisão que viessem a tomar só seria levada em consideração se correspondesse aos objetivos de redução previamente decididos pelo Governo.-----

-----A «pronúncia» a efetuar nos 90 dias subsequentes à aprovação da lei pela AR, será examinada por uma “Unidade Técnica” criada no parlamento e poderá ser recusada caso não concretize os objetivos determinados. Nessas situações será esta comissão técnica que estabelecerá a nova organização administrativa dando mais 15 dias à AM para se pronunciar de novo, e se o entender, apresentando projeto “alternativo”, desde que coincida, naturalmente, com os objetivos do governo. Como se vê um processo muito democrático... tudo a bem da nação... nada em favor do povo e das populações... -----

-----Todo este ataque às freguesias é sustentado num processo de chantagem claro – direito a bónus de 15% de majoração para as freguesias “agregadas” – que o Governo, e os partidos que apoiam a liquidação das freguesias, procurarão usar como elemento de pressão com base no cínico argumento de quem não se conformar com o processo não o impede, acaba extinto e condena as que vierem a ser agregadas no seu território a perder os 15% de majoração, válida para um mandato. -----

-----Para lá do que política e eticamente este expediente representa, a verdade é que sendo, como parece claro do texto e do que já foi declarado, a majoração das liquidadas compensada à custa das que

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2012, fevereiro, 22*

persistem, o saldo dos montantes disponíveis no território de um município não terá significativa diferença e, por isso, imagine-se a hipocrisia... -----

----- Os argumentos usados para justificar esta ofensiva são falsos e ao contrário do «reforço da coesão» o que daqui resultará são mais assimetrias e desigualdades e os efeitos dos processos de aglomeração são, como comprovadamente se conhece, adversos à coesão já que juntar os territórios mais fortes, mais ricos ou com mais população com os mais fracos ou menos populosos traduzir-se-á em mais atração para os primeiros - os que sobreviverão como freguesias - e mais abandono dos segundos - os que verão as suas freguesias liquidadas - ou seja mais abandono, menos investimento local, menos coesão para quem menos tem e pode. -----

----- Em vez de «ganhos de eficiência e de escala» que resultaria da «libertação de recursos financeiros» o que se terá é menos proximidade e resposta direta aos problemas locais com menos verbas e menos recursos disponíveis. No seu conjunto, o nível de freguesias da administração local terá, de facto, menos verbas, o pacto de agressão prevê novo corte em 2013 dos montantes a distribuir ao poder local, as chamadas majorações de 15% para as freguesias “agregadas” sairão do montante global do Fundo de Financiamento das Freguesias ou seja serão retiradas ao montante destinado ao conjunto das freguesias e mesmo as prometidas novas competências próprias das freguesias seriam construídas financeiramente à custa das verbas dos municípios. -----

----- Em vez da enunciada “melhoria da prestação dos serviços públicos” proclamada no preâmbulo da proposta, resultarão centenas de novos territórios, muitos deles distantes dezenas de quilómetros da sede das novas freguesias, desprovidos do único espaço de proximidade capaz de lhe dar resposta mínima a um conjunto de solicitações e necessidades. -----

----- Duas questões essenciais se colocam no plano da intervenção política em defesa das 14 freguesias do nosso concelho. Primeira - o desenvolvimento das ações de luta e de oposição de cada uma das freguesias com base no esclarecimento e mobilização das populações para estarmos todos presentes no dia 3 de março, em Coimbra, na Praça 8 de maio pelas 15H - MOVIMENTO FREGUESIAS SEMPRE! Distrito de Coimbra. Segunda - enquanto órgão municipal devemos recusar vivamente e esclarecer, de uma vez por todas, de que lado estamos - do governo ou da troika? Com as nossas freguesias, com os munícipes, com as populações que nos elegeram para as defender e não para liquidar o último reduto da sua representação democrática enquanto principais promotores no poder local. -----

----- Se assim não o fizermos, o envolvimento neste processo, que não só contribuiria para reduzir a resistência e o protesto, fará de muitos dos aqui presentes cúmplices dos objetivos do governo e promotores diretos da liquidação de 5 freguesias do nosso concelho.” -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2012, fevereiro, 22*

-----O PJF de Gatões, António Sérvalo (CMS) pediu a palavra e disse: “Pretendo estruturar a minha intervenção em dois momentos, que penso que são importantes, no que se refere à reforma administrativa e que, na minha opinião, assenta em quatro pressupostos: primeiro - é uma imposição da Troika, que o PS também subscreveu; segundo - surge da situação de emergência financeira que o País atingiu e que provocou eleições antecipadas; terceiro - diz respeito ao carácter reformista deste Governo; quarto - da necessidade de, volvidas mais de três décadas do poder local, se proceder a um ajustamento do modelo aos novos desafios que se colocam ao poder local e ao País.-----

-----Esta reforma tem subjacentes, quatro eixos: primeiro – revisão da Lei do Financiamento das Autarquia; segundo – revisão da Lei Eleitoral; terceiro – melhoria dos serviços prestados; quarto – reforma do mapa das freguesias e municípios.-----

-----Estes são parâmetros com os quais, globalmente, concordo, tanto mais que, no que diz respeito aos dois primeiros pressupostos, nós não fomos vistos nem achados.-----

-----Gostaria de deixar algumas questões: primeira – Porque é que a reforma se aplica apenas às freguesias e não aos municípios? Porque não são alvo, todos os estados do poder local? Por falta de coragem? Segunda – o é que a população da minha freguesia, marcadamente rural, cerceada de muitos serviços que as comunidades urbanas têm, e nós não, lucram com esta reforma? Terceira – que equipamentos e financiamentos que a reforma propõe aumentam a coesão e o nível de desenvolvimento dos meus “fregueses” e que não vislumbramos no texto que nos foi apresentado? Quarta – que mais valia resulta para o município de Montemor, com esta reforma? Quinta – é perceptível que se tenham encerrado equipamentos sociais, serviços como o SAP, escolas, correios, etc., para agora se querer proceder à agregação de freguesias, com mais população, sem estes serviços?-----

-----Perante esta incerteza e porque a proposta de Lei não identifica nenhuma resposta às questões levantadas, sinto que é meu dever, enquanto PJF, e como não me sinto responsável pela situação económica do País, demarcar-me de uma posição de concordância com esta reforma, reservando a minha opinião pública, para uma altura posterior, ouvidos os meus concidadãos.-----

-----Tendo sempre como princípio de que não me venderei por 15%, por 150% ou por 1500% e tudo farei para, se a minha freguesia for alvo desta reforma, não permitir que seja alguém que está confortavelmente sentado atrás de uma secretária e faz parte de uma qualquer comissão, que venha decidir sobre o nosso futuro.-----

-----Por último, deixo um repto, pois estão aqui mais PJF, mais “atores” com responsabilidades local, porque considero de extrema importância que, caso esta reforma administrativa se concretize, se interceda junto do Governo do País, para que sejam revistos os critérios que levaram ao encerramento de

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2012, fevereiro, 22*

escolas, centros de saúde, correios, etc., pois não se justifica que esta reforma pressuponha a agregação de freguesias, aumentando os núcleos populacionais, ficando estes desprovidos dos serviços acima referenciados. É, na minha opinião, antagónico.” -----

----- O PCM pediu a palavra e disse: “Para debater a temática que hoje está agendada na AM, no final do ano passado foi criada uma Comissão Restrita que tem três representantes do executivo municipal, representantes das JF e representantes das forças que compõem a AM. -----

----- Essa Comissão tem, sem sombra de dúvidas, a sua maior expressão neste plenário, onde se encontram os dois órgãos autárquicos do município: Assembleia Municipal e Câmara Municipal. -----

----- O assunto em causa tem um conjunto de preocupações que, dentro do que foram as intervenções que me antecederam, reitero e afirmo que me revejo nelas todas. Digo mesmo ao membro Ricardo Brites, tirando a parte final do convite que ele fez, que muita da sua análise está perfeitamente clarificada e adequada, como foi a postura do PJF de Gatões ou do líder do grupo da maioria. -----

----- De facto, da parte do PS não se houve nada, o que é lamentável, porque fazem parte desta Comissão e deveriam ter uma opinião, porque que a posição favorável ou desfavorável, deve ser manifestada claramente. -----

----- A minha preocupação, enquanto PCM e não serei eu, como está estipulado no regulamento que vai ser apresentado na AR, será a AM a apresentar propostas, mas, de qualquer forma, tenho demonstrado publicamente em debates e em posturas de assunção clara com a tutela que hoje lidera o Governo, alguma das minhas insatisfações e das minhas posições. -----

----- Claramente que, se esta AM se refugiar no silêncio, na falta de postura e de competência, não será o PCM que os vai defender, porque nem tem competência nem vontade e a cobardia paga-se cara. Agora, já me compete a mim e ao executivo aproveitar esta oportunidade, para discutir questões que fazem parte do património intrínseco do município, que nas últimas épocas, por vicissitudes várias, tem sido prejudicado por obras de regularização fluvial, de emparcelamento e por obras decorrentes até de situações um pouco anacrónicas de configuração entre o Instituto de Gestão, da parte territorial e algumas das circunstâncias que têm depreciado o território. Isso sim, é uma preocupação que trago a esta AM e que quero que se pronuncie, para podermos vir a abrir, com as Assembleias de Freguesia do concelho, com os municípios – executivos e assembleias municipais dos nossos concelhos vizinhos – que depois, por sua vez, deverão baixar às Assembleias de Freguesia em causa, pela reivindicação ou pela nossa vontade de cedência de espaços territoriais que nos são particularmente importantes. -----

----- Por isso pedi ao PMAM que permitisse que os serviços técnicos da CM, que têm trabalhado em conjugação com a Comissão Restrita da Reforma Administrativa, apresentassem um documento, para o

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2012, fevereiro, 22***

qual contribuiu esta Comissão Restrita e todos os P/J dos territórios que vão ser alvo desta proposta, para que se houver consenso neste órgão, que o mesmo transite para o executivo municipal, para que este faça chegar aos concelhos vizinhos, as propostas concretas que julgo oportuno e adequado que sejam discutidas, para ajustar a história, o território e, sobretudo, o serviço funcional do nosso concelho.-----

-----Lembro que estamos no coração do Baixo Mondego, temos limites de vizinhança, com cinco concelhos e, nem sempre, claramente ficaram garantidas, quer em termos da nossa constituição patrimonial, quer da nossa prestação de serviços, aquilo que são direitos reconhecidos e, nalguns casos, historicamente muito importantes.-----

-----Relembro três aspetos muito importantes: estamos na AM de fevereiro, se esta discussão for tornada formal e oficial em março, na AR, o limite dos seis meses terminará em setembro e até lá vão-se realizar duas AM em abril e junho. Claramente que, o laxismo, o cruzar de braços e, eventualmente, a falta de capacidade de assumirmos alguma postura, pode ser gravemente cara a este concelho. E digo isto à vontade, despido de preconceitos político-partidários, porque se os tivesse, nem sequer tinha feito este discurso. É dentro disso que digo e repito o que disse na passada e última reunião da Comissão Restrita, de que muitas vezes a linguagem pode ser audível, pode ser coerente e até pode ser desafiadora, mas como elenquei esse exemplo, repito aqui de novo. Eu próprio acho que é válida, democrática, oportuna, adequada a greve geral convocada pela CGTP para breve. A pergunta que faço é se esta vai dar a garantia, de que o 13.º mês e o subsídio de férias nos vão ser pagos este ano. E esse exemplo é o exemplo do que se pode passar, quando cruzarem os braços e esperar que o outro vizinho seja menos prejudicado do que eu.-

-----Por isso, dentro do que me é possível, mantereí sobretudo a dissipação de circunstâncias que foram afloradas e que não têm base sustentável. Comecei e lembro-me perfeitamente de ter dito de que ficaríamos reduzidos a cinco freguesias, agora já se fala em reduzir cinco. Lembro-me de ter discutido com o Secretário de Estado, publicamente, na Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional e no salão do Casino da Figueira da Foz, de que, garantidamente, esses critérios não poderiam nem deveriam ser aplicados ao concelho de Montemor. E continuo a achar que existe base de negociação, mas se não for liderada, proposta e assumida por vós, vocês morrem com a culpa toda.-----

-----Por isso, deixo o alerta de que temos pela frente ainda alguns meses para ponderar e suficientemente importantes para podermos manifestar o nosso desacordo, a nossa falta de vontade de aplicabilidade, mas também o mesmo sentimento de que, se nós não propusermos alternativas concretas, independentemente do nosso gosto ou do nosso “não” gosto, a lei pode passar na AR e vai ter que ser aplicada. E depois poderá ser tarde demais, para carpir mágoas ou para fazer outro tipo de circunstancialismos que possam ser menos adequados. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2012, fevereiro, 22*

----- Em relação àquilo que mais me preocupa hoje, é de abrir um processo de negociação com os nossos concelhos vizinhos, e que tenhamos uma proposta, que nos veicule capacidade para interpelarmos e podermos repor algumas daquelas situações, que consideramos, neste momento, extremamente nefastas, para a coesão territorial do nosso município. -----

----- Por isso, se o senhor PMAM o permitir, solicitava ao técnico Paulo Mendes que fizesse a apresentação destas propostas e gostaria de deixar, no final, um pedido aos três grupos que, caso considerem pertinente e concordem com as propostas que vão ser apresentadas, que o mesmo fosse votado no sentido de possibilitar ao executivo municipal, o início das diligências que a lei propõe e elenca, de consulta às Assembleias de Freguesia do concelho e à transposição para os órgãos locais, dos municípios vizinhos, para que façam o mesmo, em relação às freguesias alvo da nossa proposta.” -----

----- O membro Ricardo Brites (CDU) pediu a palavra e disse: “Apenas para referir que se é para morrer, que morra de pé, porque o que me parece que o PCM está a transmitir a esta AM, é que antes perder duas que perder cinco freguesias. A CDU quer manter as catorze e por isso, se é para morrer vou morrer de pé, de consciência tranquila, com aquilo que defendo e com aquilo que entendo que é melhor para as nossas populações, para as nossas freguesias e para o nosso concelho.” -----

----- O PCM pediu a palavra e disse: “Mas eu nem quero morrer e por isso estou disposto a lutar. Sobre o que agora está em causa, nas diferentes reuniões de trabalho que temos tido, para chegar a esta proposta, ouvimos muitas opiniões fundamentadas dos PJF, em relação, sobretudo, aos limites do nosso concelho com Cantanhede, com Figueira da Foz, com Coimbra e com Soure. Os casos que vão ver a seguir, já mereceram uma leitura dos respectivos PJF e algumas das propostas resultam de algum corte ou de alguma ampliação, de acordo com a opinião que estes formalizaram. -----

----- Mas todos somos poucos para poder suportar com maior “profundidade” os justificativos dos nossos pedidos. A única coisa que peço é que se lembrem quem é que está do lado contrário, isto é, se tivéssemos apenas uma visão de exigência e dizer que queremos mais território. Há algumas cedências preparadas, para poder equilibrar, no fim, o valor global que o município está a pedir que lhe seja transferido e o valor que estamos, grosso modo, a ceder. Se esta proposta tiver consistência, se tiver o apoio unânime, estamos a falar num acréscimo apenas de 24 hectares para o município de Montemor e há situações aberrantes e, possivelmente, nem imaginam que determinado território pertence ao concelho e como é possível que as coisas se mantenham assim.” -----

----- Logo após foram apresentadas as diversas situações referidas e que se encontram em documento anexo a esta ata, sob o número 04. -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2012, fevereiro, 22***

-----O PCM pediu a palavra e disse: “Para mim é muito importante que a AM diga que considera que há condições para que se proponha o desenvolvimento destas iniciativas, porque estas terão que “baixar” internamente, a cada uma das AF, quer em termos de cedências, quer em termos do que vão receber e, do ponto de vista dos outros concelhos, as correspondentes AF é que vão, mais tarde, ratificar as propostas dos executivos, respeitantes a estas contrapartidas.” -----

-----O membro José Carlos Leite (PS) pediu a palavra e disse: “Relativamente à questão apresentada, existem todas as condições para propor e avançar com o que foi colocado apresentado. Esta proposta é necessária e quero endereçar os parabéns às pessoas que desenvolveram este trabalho, pois pode parecer que apenas foram feitos uns “desenhos” em cima de um mapa, mas efetivamente tem muito trabalho, sério e honesto. -----

-----Em relação ao primeiro mapa, em Arazede, deu-me a sensação de que se está a passar por cima de umas casas e acho que existem ali umas questões de cadastro, que mereciam melhor ponderação. Fiquei também com a mesma sensação no mapa 11, em Abrunheira. Naturalmente, em todo este processo, houve o envolvimento dos PJF, em quem confiamos integralmente e que acompanharam estas situações. Se eventualmente surgirem mais situações, da mesma forma que aqui surgiu a questão de Pereira e pode vir a acontecer que surjam outras, fica aqui o nosso voto de confiança, para que avancem e espero que os municípios vizinhos aceitem negociar porque, de facto, essas situações são de muito interesse. -----

-----A ideia é ótima, há todas as condições para avançar e por isso, se houver votação, o grupo do PS vai votar favoravelmente para que o executivo possa avançar com as medidas necessárias.” -----

-----O membro Ricardo Brites (CDU) pediu a palavra e disse: “Tenho acompanhado todo este trabalho, por ser membro da Comissão Restrita e, obviamente, que reconheço que todos estes aspetos foram cuidadosamente tratados, quer pelos serviços técnicos da CM, quer por todos os membros da comissão e também pelos PJF que estiveram no terreno e estão a acautelar todas as situações que podem surgir de casas, de caminhos ou de famílias ou até mesmo de pormenores, que só no terreno se conseguem acautelar. Os PJF estiveram no terreno com os técnicos da CM e todo este assunto vai ser debatido nas respetivas AF e aí, obviamente, as pessoas podem expressar as suas opiniões, o que é de louvar neste processo. De facto, desde que as populações se revejam e não se sintam minimamente lesadas e acreditamos que não, obviamente que são favoráveis a este trabalho desenvolvido e que agora foi aqui apresentado. Esperamos que os municípios vizinhos estejam dispostos a colaborar, porque não se trata de dar e receber, trata-se de definir os limites e as fronteiras, para que possamos trabalhar melhor.” -----

-----O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Como referi na minha intervenção inicial, logicamente, que só podemos entrar em negociação, naquelas situações que são os casos mais gritantes,

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2012, fevereiro, 22*

que qualquer pessoa, numa análise concreta, face àquilo que são as práticas, os usos, os costumes, ao que é assumido pelas populações e onde as ligações saltam demasiado à vista, isso faria todo o sentido, que houvesse lugar a uma mexida e um acerto muito mais efetivo, daquilo que são os limites do concelho. No entanto, o espaço que temos, em termos desta negociação, é reduzido, pois estaremos sempre dependentes do acordo de terceiros, nomeadamente dos concelhos limítrofes. -----

----- Desta forma iremos votar favoravelmente, para que o executivo envie esta informação aos órgãos autárquicos dos concelhos limítrofes, para que possa desenvolver as negociações necessárias.” -----

----- O PCM pediu a palavra e disse: “Antes de encerrar o debate sobre este ponto, gostaria de deixar duas notas: primeiro, gostaria de agradecer a forma como todos participaram neste processo - os PJF e os serviços técnicos da CM, nomeadamente o técnico de SIG, Paulo Mendes, pelo trabalho que desenvolveu; segundo referir que a Comissão Restrita, em menos dois meses, tem trabalho feito e tem discutido e tem opiniões diferentes, sobre determinadas matéria e ainda bem que a tem. -----

----- Deixo aqui uma palavra muito pessoal e muito afetiva ao PMAM, de que a AM vai ter ainda duas oportunidades pela frente, em abril e em junho e este é um desafio que deixo a todos, de que não deixemos para os outros aquilo que podemos e devemos fazer e nessa matéria, o PC está disponível para o fazer e para o encetar. -----

----- Apelo, sobretudo a questões que para mim são claras e delicadas - eu não quero morrer nem matar ninguém, mas se me matam, antes disso vou ter que reagir e reajo bem. Não me interessa morrer de pé, se vou morrer sou contra. -----

----- Assim, é altura de pensarmos as etapas que temos pela frente, sobretudo as duas forças partidárias maioritárias desta AM, sem escusar qualquer uma das outras, mas estas duas representam algo que, há cerca de um ano atrás, foi assinado contra nosso gosto. Mas foi assinado pelos dois partidos, fora um da coligação e isso leva-me a que tenha também a mesma hombridade para dizer e reiterar de que hoje essa matéria deve ser aceite, mas deve ser discutida. Não estou para ouvir mais insultos vindos do Presidente do Parlamento Europeu, que tão rapidamente se esqueceu dos campos de concentração que aquele país e que aquele povo fez a tanta gente, para vir querer ensinar-nos o que foi uma miscigenação clara de uma cultura portuguesa, feita no continente africano, feita no continente americano e feita no continente asiático. Mas a coerência das palavras e das atitudes têm que ser tomadas pela demonstração do que nós sabemos, do que nós queremos e do que nós vamos resolver.” -----

----- Face ao solicitado pelo PCM, o PMAM colocou à consideração de todos os MAM se concordavam com a proposta apresentada, para que o executivo encetasse, de imediato, as diligências e negociações que

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2012, fevereiro, 22*

conduzam à delimitação do território de Montemor-o-Velho, com os concelhos vizinhos, o que foi aceite, por unanimidade. -----

-----Após esta intervenção, o PMAM deu por encerrada a Sessão às 19,20 horas e, para constar, se lavrou a presente ata, que, após lida e aprovada vai ser, devidamente, assinada. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Lídio dos Santos Cristo, Dr.

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Vítor Manuel Monteiro Travassos, Dr.

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Maria João Batista Sobreiro, Dr<sup>a</sup>

(Texto escrito com base no novo acordo ortográfico)